



**PENA
JUSTA**

REFORMA

Ação nacional por

estruturas padronizadas

nas prisões



**MUTIRÕES DE
HABITABILIDADE
NAS PRISÕES**

APOIO



SECRETARIA NACIONAL
DE POLÍTICAS PENAIS



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Cenário ECI

ADPF 347

Problemas

- Falta de água potável
- Pouca iluminação e ventilação
- Esgoto sem tratamento correto
- Condições de higiene e limpeza precárias, com proliferação de pragas
- Insegurança alimentar e nutricional
- Arquitetura disfuncional

▶ Alvarás e licenciamentos quase inexistentes

Consequências

- Condições de sobrevivência nas prisões **tuteladas pelo crime organizado**
- Estado brasileiro **condenado internacionalmente** por condições de cumprimento de pena
- Risco de **incêndios, acidentes e mortes**
- Servidores e servidoras penais com **péssimas condições de trabalho**
- Agravos em saúde, disseminação de doenças e **letalidade**
- **Rebeliões, violência** e mercados paralelos de itens básicos



PENA
JUSTA

REFORMA

Ação nacional por

estruturas padronizadas

nas prisões

O Pena Justa — Reforma é a ação do Estado brasileiro para **retomada de espaço nas prisões brasileiras**, introduzindo o conceito de um habite-se prisional por meio de licenças e alvarás de funcionamento para cada unidade prisional.

A ausência de condições de habitação abriu possibilidade para o crescimento do crime organizado, pois é nesse vácuo de ação do Estado que estruturas paralelas se formaram e se fortaleceram para organizar a vida nas prisões, a um preço alto para quem depende desses arranjos para sobreviver.

Quando o Estado organiza e ocupa o espaço prisional, exercendo ali sua autoridade, isso resulta em mais segurança dentro e fora dos presídios, e melhores condições de trabalho para profissionais que ali atuam.

Forma de atuação

Mutirões do Judiciário com nova metodologia de inspeções (Resolução 593/2024)

Verificam condições de cada unidade prisional

Licenças e alvarás para cada unidade

Emitidos pelos Bombeiros e pela Vigilância Sanitária

Habite-se Prisional

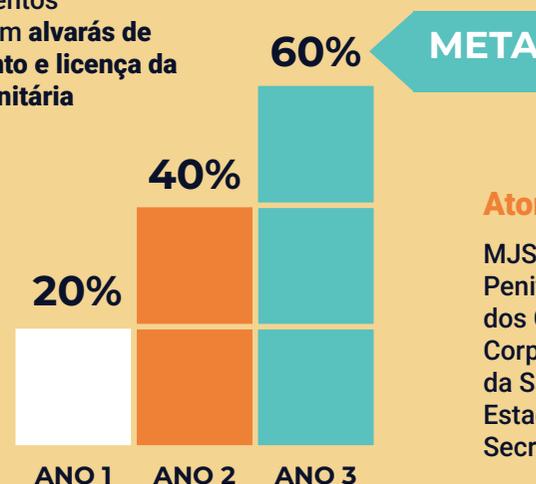
Meta



PENA
JUSTA

Estabelecimentos penais **certificados para funcionamento** pelo Corpo de Bombeiros e pela Vigilância Sanitária até 2027

Percentual de estabelecimentos prisionais com **alvarás de funcionamento e licença da vigilância sanitária**



Atores envolvidos

MJSP • Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária ou congêneres • Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil • Corpos de Bombeiros Militar Estaduais • Ministério da Saúde (MS) • Vigilância Sanitária • Secretarias Estaduais responsáveis por planejamento e obras • Secretarias Municipais de Saúde



PENA

JUSTA

REFORMA

3 passos

para implantação

1

Padronização de

licenças e alvarás

Alinhamentos para emissão padronizada de **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)** e **Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento**

Atores envolvidos

CNJ • Senappen/MJSP • Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (Ligabom) • Anvisa



Julho de 2025

Proposição de **ato normativo conjunto** para disciplinar a emissão desses documentos, incluindo prazo para regularização do licenciamento

Atores envolvidos

CNJ • Senappen/MJSP • MS • CNMP • CNPCP



Julho de 2025



REFORMA

3 passos

para implantação

2

Realização do **Mutirão Nacional**

Pena Justa — Reforma

Procedimentos e orientações para realização dos mutirões

Atores envolvidos

DMF/CNJ • Fazendo Justiça



Maio de 2025

Realização de **dois mutirões nacionais de inspeção pela magistratura nacional**, com produção de relatórios para o novo CNIEP e regularização das situações de custódia



Agosto de 2025

Aplicação do formulário *Aspectos gerais: estrutura, ocupação, população prisional e servidores/as penais*



Setembro de 2025

Aplicação do formulário *Habitabilidade e necessidades básicas (água, alimentação, salubridade e vestuário)*

Index de habitabilidade – A partir de inspeções realizadas em todo o país, esse indicador fornecerá um diagnóstico detalhado de cada unidade prisional, incluindo situação de alvará, plano de reparo e manutenção, e condições gerais de habitabilidade

Atores envolvidos

DMF/CNJ • Fazendo Justiça



Setembro de 2025

Banco de **casos emblemáticos**

Atores envolvidos

DMF/CNJ • Fazendo Justiça



Setembro de 2025



REFORMA

3 passos

para implantação

3

Criação de **Planos Estaduais** de Manutenção

e Ajustes para Cada Estabelecimento Prisional

Documento com **indicadores e parâmetros mínimos** para os Planos Estaduais

Atores envolvidos

DMF/CNJ • Senappen



Setembro de 2025

Instituição de **Comissão Nacional de articulação** do Pena Justa – Reforma para servir como referência aos estados na implementação desses planos

Atores envolvidos

CNJ • MJSP • Ligabom • Anvisa • CNMP • CNPCP • CONDEGE • MDHC • CAU • Confea



Novembro de 2025

Regularização da situação de custódia e emissão dos documentos certificadores

Atores envolvidos

Comitês de Políticas Penais dos estados e do DF



Julho de 2026



PENA

JUSTA

REFORMA

Próximos passos

metas Pena Justa

- Elaboração de **documento orientador sobre arquitetura prisional** para os diferentes estabelecimentos, regimes e condições climáticas, com diretrizes para condições sanitárias de funcionamento e prevenção a incêndio
- **Capacitação para profissionais de engenharia e arquitetura** contratados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) e pelas unidades da federação
- **Criação de modelos arquitetônicos** de estabelecimentos prisionais, considerando especificidades regionais e climáticas
- **Formações sobre o tema arquitetura prisional** em parceria com conselhos profissionais de engenharia e arquitetura, englobando estudantes universitários e profissionais

Resultados Pena Justa — Reforma

Estabelecimentos penais com

✦ **Auto de Vistoria** do Corpo
de Bombeiros (AVCB)

✦ **Alvará Sanitário** de
Licença de Funcionamento

- **Enfraquecimento do crime organizado** com a retomada de espaço pelo Estado para adequação das condições de custódia
- **Melhores condições de trabalho** para servidores e servidoras penais
- Liberação de espaços para **implementação de unidades produtivas** e pátios prisionais
- **Ampliação das cozinhas** prisionais e da segurança alimentar
- **Desmantelamento** de mercados paralelos
- Reformas e construções mais eficientes, **reduzindo gastos** a longo prazo





FAZENDO
JUSTIÇA



SENAPPEN
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS



PNUD

CNJ

CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



CAU/BR
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil



CONFEA
Conselho Federal de Engenharia
e Agrimensura



CONSELHO NACIONAL DE
POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA

SECRETARIA NACIONAL
DE POLÍTICAS PENAIS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



ANVISA

MINISTÉRIO DA
SAÚDE



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO